

O silenciamento climático no HGPE televisivo

A campanha eleitoral pós-enchente em Porto Alegre

Silencing Climate Issues in Televised Electoral Advertising

The Post-Flood Campaign in Porto Alegre

Fiorenza Zandonade Carnielli

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Sara Alves Feitosa

Universidade Federal do Pampa, São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil

Janaína Gomes

Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo

O estudo investiga as estratégias de disputa pelo acontecimento público das Enchentes de Maio de 2024 no Rio Grande do Sul na eleição municipal de Porto Alegre. A partir do referencial da Comunicação Pública, analisam-se as relações político-comunicacionais, problematizando as estratégias de (in)visibilidade, a construção da imagem pública e o uso do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) por atores políticos. São analisados 110 programas de propaganda na TV das candidaturas de Juliana Brizola, Maria do Rosário e Sebastião Melo, considerando a disputa política no contexto de tragédia ambiental. Os dados evidenciam que as campanhas reduziram o espaço do tema Enchentes do 1º para o 2º turno, não apresentaram propostas para evitar a recorrência de desastres semelhantes, nem estabeleceram conexões do acontecimento com as mudanças climáticas, caracterizando a operação estratégica do silenciamento climático pelas candidaturas independentemente do campo político a que se filiam.

Palavras-chave: Comunicação pública. Acontecimento público. Silenciamento climático. Campanha eleitoral.

Abstract

The study investigates the dispute strategies surrounding the public event of the May 2024 Floods in Rio Grande do Sul during the Porto Alegre municipal election. From the perspective of Public Communication, it analyzes the political-communicational relations, problematizing the strategies of (in)visibility, public image construction, and the use of free election advertising hours. The paper analyzes 110 televised campaign advertisements from the candidacies of Juliana Brizola, Maria do Rosário, and Sebastião Melo, considering their approaches to visibility, persuasion, and political dispute in the context of an environmental tragedy. The data shows campaigns gradually reduced the visibility of the floods from the first to the second round, did not present proposals to prevent similar disasters, and did not establish connections between the event and climate change, characterizing the strategic operation of climate silencing by candidates regardless of the political field to which they belong.

Keywords: Public Communication. Public Event. Climate Silencing. Election Campaign.

Introdução

O artigo tem o objetivo de identificar as estratégias de disputa pelo acontecimento público das Enchentes de Maio de 2024 do Rio Grande do Sul na eleição municipal de Porto Alegre, realizada no mesmo ano. Trata-se de estudo centrado na Comunicação Pública, voltado à reflexão crítica sobre as relações político-comunicacionais entre atores políticos e a sociedade, problematizando as estratégias de (in)visibilidade, imagem pública e influência nos processos comunicacionais de problematização das questões públicas reveladas por um acontecimento público extremo e trágico, tal qual foram as Enchentes de Maio de 2024 no estado.

Entre o fim de abril e maio de 2024, o Rio Grande do Sul registrou um dos mais severos eventos climáticos, com chuvas intensas que resultaram em grandes enchentes (Zuffo *et al.*, 2024). Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), estima-se que pelo menos 876.200 pessoas em 420.100 domicílios foram diretamente atingidas por enchentes e deslizamentos (Pereira *et al.*, 2024). A Defesa Civil (2024) informou, em 10 de junho de 2024, que 478 municípios (95% do território do RS) foram afetados, e 418 municípios decretaram estado de calamidade ou emergência.

Foi, portanto, um acontecimento público (Queré, 2005; 2011; Weber, 2011) que causou mortes e destruição, impactou a população do estado e mobilizou a agenda pública nos meses seguintes. A trágica experiência e toda a produção discursiva que diferentes públicos e atores institucionais empreendem para

conferir sentido ao ocorrido subsidiam o que Queré (2005) denomina processo de individualização do acontecimento, em que aquele fato é diferenciado dos demais – por esse motivo, ao longo do trabalho, identificamos e grafamos o acontecimento público como Enchentes de Maio de 2024. Em Porto Alegre, foco do estudo, dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade revelam a dimensão do desastre: 160.210 pessoas atingidas diretamente, 39.422 edificações afetadas, interrupção de atividades em mais de 29 mil serviços e 5.496 estabelecimentos industriais, além do impacto direto em 31 unidades de saúde, 22 hospitais e 320 instituições de ensino públicas e privadas. O abastecimento de água foi suspenso para cerca de 70% da população e mais de 100 mil imóveis ficaram sem energia elétrica.

A elevação do nível do Lago Guaíba, que atingiu 5,33 metros, superou a capacidade do sistema de proteção contra enchentes da cidade, evidenciando a vulnerabilidade da infraestrutura municipal diante do evento meteorológico (chuvas intensas), associado a eventos hidrológicos como inundações, enxurradas e alagamentos verificados na capital gaúcha¹. Especialistas apontaram que, além dos efeitos das mudanças climáticas e do fenômeno El Niño, falhas na manutenção do sistema anticheias contribuíram para agravar a situação (Zuffo *et al.*, 2024).

Diante desse cenário de crise poucos meses antes das eleições municipais, era esperado que as Enchentes se tornassem o principal tema da agenda pública e eleitoral em Porto Alegre. Essa tendência foi confirmada pela pesquisa do Instituto Quaest divulgada em 27 de agosto de 2024, na qual 33% dos eleitores apontaram as Enchentes como o maior problema da cidade. As eleições são o grande fenômeno – planejado e regular – de comunicação pública das democracias. Nelas, os candidatos apresentam a si próprios e também seus entendimentos sobre os problemas públicos mais ou menos relevantes e as formas de enfrentamento das questões de interesse público (e também privado) conforme seus projetos políticos. Essa oferta de informações aos eleitores para a melhor formação da decisão do voto é o ideal normativo das campanhas eleitorais, sempre tensionado pelo caráter eminentemente estratégico da disputa por imagem pública favorável e pela conquista do voto, empreendidas não apenas por discursos informativos, mas também persuasivos e qualificados por competências profissional, tecnológica e estrutural capazes de conferir credibilidade àquela opção eleitoral (Weber, 2007). A disputa pela imagem pública numa eleição é sintetizada pela perspectiva da política de imagem em que percepções, opiniões e convicções compartilhadas coletivamente são centrais na atividade política (Gomes, 2025).

¹ Utilizamos a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade, s/d), que nomeia e define eventos de origem natural mas que devido a determinadas características passam a se constituir como um desastre.

Neste estudo, pretendemos responder de que maneira o acontecimento público das Enchentes de Maio de 2024 foi estrategicamente tematizado e visibilizado nos programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) dos candidatos à Prefeitura de Porto Alegre, visando à construção de imagem pública favorável. Entendemos que a sobreposição do acontecimento com as eleições municipais, observada em uma mesma trama acontecimental (Carnielli, 2021), é reveladora das tensões entre as demandas públicas pela percepção e pelo enfrentamento do problema e as respostas estratégicas das campanhas em concorrência para evidenciar a candidatura com os atributos essenciais para resolver a situação.

O HGPE sintetiza a estratégia de comunicação das campanhas eleitorais devido à sua importância histórica no Brasil, aos altos custos de produção (especialmente para TV) e à regulação pública a que está submetido. Apesar da perda de centralidade e audiência nas últimas duas décadas frente ao crescimento das campanhas digitais, sua relevância estratégica se mantém (Borba; Cervi, 2017; Massuchin; Cavassana, 2020). O estudo analisou os programas do HGPE exibidos na TV durante as eleições municipais de Porto Alegre em 2024, totalizando 110 peças propagandísticas das três candidaturas habilitadas a ocupar o espaço: Juliana Brizola (PDT), que participou do 1º turno; Maria do Rosário (PT) derrotada no 2º turno; e Sebastião Melo (MDB), reeleito prefeito da capital.

O 1º turno das eleições ocorreu em 6 de outubro de 2024, com os seguintes resultados: Sebastião Melo: 354.420 votos (49,7%); Maria do Rosário: 182.553 votos (26,3%); Juliana Brizola: 136.783 votos (19,7%). Os dois primeiros colocados avançaram para o 2º turno, realizado em 27 de outubro de 2024. Sebastião Melo venceu a disputa com 406.467 votos (61,5% dos votos válidos). No 1º turno, 31% dos eleitores aptos não compareceram; no 2º turno a abstenção foi ainda maior, com 34,8% de ausentes.

Este texto está organizado pela exposição dos pressupostos teóricos da Comunicação Pública, especialmente as noções de acontecimento público, disputa estratégica, trama acontecimental e imagem pública e sua incidência no contexto eleitoral analisado. Passa-se, então, para a apresentação dos procedimentos metodológicos de coleta e análise, e também de contextualização das eleições e do HGPE de Porto Alegre em 2024, seguida da exposição dos dados e resultados de pesquisa. Por fim, estão apresentadas as inferências e conclusões possibilitadas pelo estudo.

Acontecimento público em disputa

A comunicação pública é inerente e necessária às democracias (Esteves, 2019; Weber, 2017). É a linguagem social por meio da qual as pessoas reconhecem a si e aos outros, sendo possível estabelecer a

experiência e o espaço públicos (Arendt, 2014). Diferencia as democracias porque, para além desse aspecto fático experiencial, está definida por critérios ético-morais que sustentam a própria ideia democrática, tais como liberdade, igualdade, inclusão, debate, crítica. Sobretudo em uma perspectiva democrática deliberacionista (Mendonça, 2023), a comunicação pública é investida de caráter normativo. Precisamente em função dessa identificação da comunicação pública à democracia, ela está igualmente definida pelo caráter estratégico, afinal, é o campo simbólico de disputa para a defesa ou para o ataque aos valores e às instituições democráticas. Em posição afirmativa, assumimos o pressuposto de que a comunicação pública é qualificadora da democracia (Weber, 2017; Weber e Locatelli, 2023), o que significa que sua carência funciona como desqualificação democrática. Em tempos de crises da democracia, direcionar o olhar analítico para os processos de comunicação pública é fundamental para compreender as engrenagens dessas crises e tatear possíveis saídas.

Os acontecimentos públicos são fenômenos especialmente relevantes para a abordagem da comunicação pública porque estão carregados pelo poder de afetação de públicos e conformação da ação pública (Quéré, 2011; Dewey, 2004), instalando campo de disputa de sentidos sobre o que ocorreu e também sobre a credibilidade e imagem daqueles que agem nesse contexto. Weber (2011, 2017) sustenta que os acontecimentos públicos são desequilibradores e mobilizam atores e poderes à responsabilidade, manifestação e providências, instaurando o debate público. Essa disputa traduz o que a autora denomina tensões passionais e racionais dos públicos envolvidos, que se organizam em redes para se posicionar, buscar visibilidade e influência sobre as decisões políticas do tema.

Quéré (2011) indica que os acontecimentos passam a problemas públicos na medida em que, pela sua recepção pública, são inscritos em um contexto e individualizados na experiência, definindo um campo problemático, que corresponde ao enredamento simbólico de questões e análises. Nesse sentido, os acontecimentos públicos são (ou devem ser) configurados a partir dos princípios do Estado Democrático de Direito e também a partir da linguagem compartilhada pela comunidade política. Por isso, a experiência do acontecimento público ganha contornos mais institucionalizados, próprios de uma sociedade democrática. O autor ressalta que é no desenvolvimento histórico de publicização de um problema que ele se torna forte ou fraco. Neste estudo, refletimos se a abordagem dos candidatos no HGPE contribui para o fortalecimento ou o enfraquecimento do problema público das Enchentes de Maio e sua associação à questão climática.

A individualidade de um acontecimento não é intrínseca a ele, emerge de um processo de individualização e da sua comunicação (Quéré, 2011; França, 2013). O acontecimento é o que vem a ser. Nas

operações de individualização do acontecimento, os sujeitos, convocados pelo acontecimento, dotam-no de sentido, formulando perguntas e respostas que tentam explicar o que se passou, do que se trata, qual o contexto, as causas e as consequências.

A proximidade temporal da eleição municipal de 2024 em relação à afetação das Enchentes de Maio em Porto Alegre as coloca como espaço privilegiado de individualização e problematização desse acontecimento público. A escolha eleitoral de cada cidadão foi potencialmente impregnada pela experiência de compreensão do evento trágico. Assim, as eleições municipais são uma dimensão da trama acontecimental das Enchentes de Maio, a que direcionamos nosso olhar investigativo neste trabalho. A noção de trama acontecimental (Carnielli, 2021) indica a sobreposição de diferentes acontecimentos no quadro da disputa pública devido a coincidências temporais, geográficas, sociais e políticas – no caso deste trabalho, tramam-se, em conjunto, as Enchentes de Maio e as eleições de 2024 porque seus processos de individualização e problematização se mesclam. Na trama acontecimental, as ocorrências são observadas pelas narrativas públicas que organizam a memória e a atualidade por meio de disputas discursivas. O conceito de trama acontecimental importa analiticamente para direcionar o olhar para a ação estratégica, sempre comunicacional, de diferentes atores individuais e institucionais em disputa em um acontecimento público.

As investidas estratégicas de apropriação dos acontecimentos públicos que movimentam as redes de comunicação pública tramam o espaço discursivo acontecimental no qual os atores ganham ou perdem relevância e credibilidade junto aos públicos. Desse modo, o conceito de trama acontecimental (Carnielli, 2021) relaciona-se ao de imagem pública (Weber, 2025; Gomes, 2025), pois as estratégias de comunicação empreendidas pelos diferentes atores implicados se orientam pelo objetivo de conquista e manutenção de imagem pública favorável. Um acontecimento público, portanto, pode significar tanto uma oportunidade quanto um risco à imagem dos atores que por ele são convocados ou nele buscam se apresentar.

A imagem pública é condicionadora estratégica da atividade política, ainda mais em período eleitoral, quando está diretamente relacionada à conquista de votos. Determina investimentos profissionais, tecnológicos e financeiros na busca de influência sobre os processos permanentes de construção e desconstrução de imagem pública, sempre submetida às mediações do processo de recepção (Weber, 2025). Essa abordagem está sintetizada na definição de política de imagem de Gomes (2025, p. 26) que se refere “à atividade política que envolve o esforço, frequentemente em um contexto competitivo, de criar e gerenciar a imagem pública de pessoas e instituições”. O autor argumenta que a política de imagem condiciona a eleição, mas o convencimento do público sobre os atributos de quem deseja o poder político é

permanente tanto na democracia como fora dela. A propaganda eleitoral é veiculada, precisamente, como esforço persuasivo para a obtenção de uma imagem pública favorável ao candidato da vez. As campanhas eleitorais são fatores decisivos na escolha do voto (Borba; Cervi, 2017), regulamentadas e financiadas publicamente no Brasil para oferecerem informações e argumentos para a melhor decisão eleitoral dos cidadãos, a quem cabe julgar “a adequação do líder às prioridades da comunidade política naquele momento específico” (Gomes, 2025, p. 28). A comunicação das eleições, eventos centrais das democracias, está associada às expectativas éticas e fáticas da cidadania, devendo, primordialmente, assegurar que o cidadão (ainda mais no Brasil, em que o voto é obrigatório) acesse informações sobre as condicionantes de sua realidade para o exercício de uma escolha consciente, concretizando a “cidadania do direito à informação e do consumo” (Signates; Moraes, 2019, p. 32).

O HGPE é um formato institucionalizado dessa disputa comunicacional eleitoral no Brasil desde 1962. Massuchin e Cavassana (2020) argumentam que o HGPE é espaço que permite tanto a fala temática, usualmente com linguagem mais próxima do telejornalismo, quanto a persuasão visando à formação da imagem. Portanto, as campanhas trabalham os atributos do candidato, bem como apresentam uma agenda de temas e problemas prioritários para a cidade, estado ou país. Nossos esforços de análise neste estudo se localizam nesse cruzamento, ao explorar a tematização estratégica das Enchentes para projeção de imagem dos candidatos à Prefeitura de Porto Alegre com tempo no HGPE: como cada campanha tematizou as Enchentes e posicionou seu candidato em relação ao tema? Assim sendo, do ponto de vista conceitual da Comunicação Pública, que congrega tanto os aspectos normativos quanto estratégicos, interessa-nos mapear e refletir sobre as disputas simbólicas das Enchentes de Maio tramadas no contexto do pleito eleitoral de 2024 na capital gaúcha.

Abordagem metodológica

Diante do questionamento de pesquisa voltado à compreensão de como o acontecimento público das Enchentes de Maio de 2024 foi estrategicamente abordado na eleição em Porto Alegre, a primeira decisão foi a escolha do HGPE² como espaço da campanha para a observação e coleta de dados. A disputa pela Prefeitura de Porto Alegre contou com oito candidatos, porém apenas três — Juliana Brizola (PDT), Maria do Rosário (PT) e Sebastião Melo (MDB) — tiveram direito à propaganda eleitoral gratuita no rádio e

² Embora reconheçamos a integração crescente entre televisão e plataformas digitais, este estudo delimita seu *corpus* ao HGPE na TV, deixando como agenda futura a análise articulada entre conteúdo televisivo e sua reapropriação nas mídias sociais.

na TV. Isso ocorreu devido à representação dos seus partidos na Câmara dos Deputados, conforme estabelecido pela Resolução do TSE nº 23.610/2019, atualizada pela Resolução nº 23.732/2024.

Advogada, Juliana Brizola (PDT) teve como candidato a vice Thiago Duarte (União Brasil). A Federação PSDB/Cidadania compôs a coligação que apresentou a candidatura da pedetista. Brizola foi vereadora de Porto Alegre (2009-2010), deputada estadual (2011-2014; 2019-2022) e disputou a eleição para a Prefeitura de Porto Alegre pela terceira vez – foi candidata a vice na chapa de Sebastião Melo em 2016 (2º lugar) e candidata a prefeita em 2020 (4º lugar).

A deputada federal Maria do Rosário (PT) teve como vice Tamyres Filgueira (PSOL) e contou com o apoio de PCdoB, PV e Avante. Foi vereadora da capital (1993-1996; 1997-1998), deputada estadual (1999-2002), ministra (2011-2014) e, atualmente, é deputada federal (2023-atual). Esta foi sua terceira candidatura à Prefeitura da capital, tendo concorrido como vice na chapa de Raul Pontes em 2004 (2º lugar) e como candidata a prefeita em 2008 (2º lugar).

Sebastião Melo (MDB), prefeito de Porto Alegre (2021-2024; 2025-atual), concorreu à reeleição tendo Betina Worm (PL) como vice. Sua candidatura foi apoiada por PP, PSD, PRD, Solidariedade, Podemos e Republicanos. Foi vereador (2001-2004; 2005-2008; 2009-2012), vice-prefeito (2013-2016) e deputado estadual (2018-2021). Esta foi sua quarta disputa pela Prefeitura da capital: foi vice na chapa de José Fortunati em 2012 (eleito), candidato a prefeito em 2016 (2º lugar) e venceu a eleição de 2020.

No 1º turno, o HGPE ocorreu entre 30 de agosto e 3 de outubro de 2024, totalizando 30 dias de exibição, sem veiculação aos domingos. Cada programa tinha 10 minutos de duração, com duas edições diárias, uma à tarde e outra à noite. Como previsto na legislação eleitoral, o tempo foi distribuído proporcionalmente à representação dos partidos que formam cada coligação na Câmara dos Deputados, ficando assim: Sebastião Melo (MDB): 5 minutos e 36 segundos; Maria do Rosário (PT): 2 minutos e 19 segundos; Juliana Brizola (PDT): 2 minutos e 3 segundos. Dessa forma, foram veiculados 90 programas, um de cada candidato em cada um dos 30 dias. Entretanto, a análise incluiu 84 programas de TV, pois não foi possível acessar as edições veiculadas nos dias 6 e 30 de setembro da candidata Juliana Brizola³. Por essa razão, excluímos do *corpus* de análise os programas dos demais candidatos nessas datas.

³ Como não há um repositório oficial dos programas veiculados no HGPE, nossa coleta dependeu da sua publicação nos perfis oficiais das campanhas. Na ausência desses, recorreremos aos canais independentes no YouTube Multimídia Digital e Inutilidades da TV. Entretanto, dois programas da candidata Juliana Brizola não estavam disponíveis em nenhum desses meios.

No 2º turno, o tempo de HGPE (dois blocos diários de 10 minutos cada) foi dividido igualmente entre os dois candidatos remanescentes: Sebastião Melo e Maria do Rosário. Entre 11 e 25 de outubro, foram coletados 26 programas, 13 de cada candidato, sendo sempre considerada a edição exibida no início da tarde⁴, tanto no 1º quanto no 2º turno. Assim sendo, o *corpus* de pesquisa foi composto por 110 programas veiculados nos dois turnos da eleição municipal.

Para a coleta de dados utilizamos um protocolo metodológico de codificação que está apresentado no livro de códigos⁵. As categorias de análise foram orientadas à identificação da presença do tema Enchentes nos programas e dos agentes discursivos que a enunciavam, ao tipo de imagens associadas, à postura dos candidatos em relação ao tema, à denominação do desastre e à sua abordagem em termos das causas, efeitos e soluções. Ou seja, foram definidas para permitir o diagnóstico da decisão estratégica de cada campanha de inclusão ou exclusão do recente problema público de proporções trágicas em seus programas a fim de afirmar a imagem pública do próprio candidato.

Os programas do HGPE veiculados na TV foram extraídos a partir de canais no YouTube (Multimídia Digital, Inutilidades da TV, Sebastião Melo e Juliana Brizola) e do perfil oficial da candidata Maria do Rosário no Instagram. Os programas foram baixados diariamente, utilizando os softwares aTube Catcher (para vídeos do YouTube) e InstaSave (para vídeos do Instagram), e a transcrição do conteúdo de áudio foi feita com uso do serviço de inteligência artificial Escriba.

O livro de códigos orientou a classificação e a categorização das informações extraídas dos vídeos do HGPE. A equipe de codificação foi composta por quatro graduandos dos cursos de Jornalismo e Relações Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pelas três pesquisadoras autoras. A codificação dos programas seguiu procedimentos voltados a assegurar confiabilidade dos dados entre codificadores (*intercoder reliability*), conforme recomenda a literatura de análise de conteúdo (Lombard; Snyder-Duch; Bracken, 2002). Após a definição das categorias e a elaboração do livro de códigos, a equipe de codificadores (quatro graduandos) passou por treinamento e realizou um teste-piloto de codificação de seis programas⁶, cujos resultados orientaram ajustes nas categorias, nas definições operacionais e na planilha de registro. Na

⁴ Optou-se por coletar as edições do primeiro horário do HGPE (início da tarde) por se tratarem, em regra, de reprises do bloco noturno do dia anterior, assegurando padronização do horário e evitando duplicação do *corpus*. No período analisado, não houve repetição integral de programas, embora trechos tenham sido reutilizados entre edições.

⁵ O livro de códigos com a explicitação de todas as variáveis de categorização da pesquisa está disponível em <https://drive.google.com/file/d/10MYjXT9XVF7Db-RAVeP5CDG82W1YM7IW/view?usp=sharing>.

⁶ Correspondente à primeira semana de HGPE, programas veiculados entre 30 de agosto e 5 de setembro de 2024. Após os procedimentos de ajustes na planilha em decorrência da testagem de codificação, estes programas foram recodificados.

etapa de coleta, cada programa foi categorizado por dois codificadores independentes, e as divergências, quando verificadas, foram discutidas em reuniões semanais de *cross-checking* entre as duplas, com revisão por pares⁷ e registro das decisões de padronização. Paralelamente, as pesquisadoras conduziram uma validação semanal do material codificado, conferindo consistência interna, identificando pontos de ambiguidade e refinando critérios de aplicação do livro de códigos ao longo do processo, de modo a reduzir variações interpretativas e garantir estabilidade na classificação.

Cada linha da planilha correspondeu a um programa eleitoral, e os dados foram organizados nas seguintes seções: 1) Identificação do programa, com data de exibição, candidato, tempo total do programa; 2) Presença do tema enchentes, com registro binário (0 ou 1), duração da menção, com marcação do início, fim e tempo total da abordagem, além da transcrição dos trechos onde o tema enchentes foi citado; 3) Quem fala? com objetivo de identificar os agentes discursivos no programa (codificação binária não excludente): candidato(a), vice-candidato(a), apresentador(a), narrador (só voz), populares, políticos, especialistas e outros (campo aberto para especificação); 4) Com quais imagens se aborda o tema enchentes, para o registro da presença de diferentes tipos de imagens associadas ao tema (codificação binária não excludente): estúdio, externas em ambiente neutro, cenas do período da enchente, cenas de áreas pós-enchente, animações e grafismos e outros (campo aberto para especificação); e 5) Postura do/a candidato/a sobre o tema, com sugestão de classificação da abordagem em relação às enchentes (codificação binária não excludente). Para aumentar a precisão das categorias analíticas e favorecer o exame crítico do procedimento de codificação, o Quadro 1 apresenta as definições operacionais das posturas identificadas (descritiva, agressiva e defensiva), bem como exemplos extraídos do *corpus*⁸.

⁷ Os quatro discentes foram divididos em duplas que codificaram diferentes candidatos. Uma dupla codificava de modo independente os programas de Sebastião Melo e a outra dupla codificava os programas de Juliana Brizola e Maria do Rosário. Para a revisão da codificação havia inversão das duplas, de modo a garantir uma padronização nas codificações.

⁸ Considerando as limitações de espaço, os exemplos apresentados no Quadro 1 não cobrem todas as ocorrências nem todas as combinações possíveis entre candidato e categoria; eles foram selecionados, prioritariamente, para ilustrar a postura recorrente atribuída a cada candidato ao longo do HGPE.

Quadro 1

Categoria	Descrição	Exemplo
Descritiva	Registra e reconhece a ocorrência do desastre;	Juliana Brizola: “Enchente é um assunto delicado e eu estou tomando cuidado para não cometer injustiças ou prometer de forma irresponsável. Eu venho conversando com especialistas para trazer soluções viáveis e definitivas” (HGPE, 4/9/2024);
Agressiva	Ataca e imputa responsabilidades a outros	Maria do Rosário: “Porto Alegre não precisava ter passado por essa tragédia. Infelizmente, o atual prefeito não cuidou das pessoas, não protegeu a cidade, não ouviu os alertas e não investiu os recursos que tinha em caixa para prevenir e fazer a manutenção do sistema de proteção” (HGPE, 3/9/2024).
Defensiva	Defende posição diante do acontecimento como prefeito ou deputada e/ou foge de responsabilidades	Sebastião Melo: “Disseram que as casas de bombas não funcionavam porque estavam sem manutenção. Isso não é verdade. Todas as casas de bombas estavam funcionando. A verdade é que todas as casas de bombas passaram por forte manutenção nos últimos três anos e estavam todas funcionando” (HGPE, 2/9/2024).

Postura da/o candidata/o sobre o tema enchentes

Fonte: HGPE, Porto Alegre/2024, elaborado pelas autoras

A planilha inclui ainda 6) Abordagem do tema, identificação da ênfase dada ao tema em três categorias principais (codificação binária não excludente): a) causas do desastre: má gestão, causas naturais, crise climática ou outra (campo aberto); b) efeitos do desastre: impacto econômico, social e ambiental; e c) soluções propostas: medidas de prevenção, respostas emergenciais e estratégias de reconstrução. O item Postura geral (campo aberto) referiu-se a observações sobre a postura de outros no programa, excluindo o/a candidato/a. Em outro campo aberto no fim da planilha os codificadores poderiam inserir comentários sobre aspectos não previstos, divergências ou observações qualitativas relevantes.

O uso dessa estrutura padronizada permitiu uma análise sistemática do HGPE e da forma como o tema das enchentes foi abordado pelos candidatos ao longo da campanha eleitoral de 2024. Ao fim do 1º turno das eleições foi realizado o somatório da codificação para posterior análise e geração de interpretações sobre o material coletado. Esse procedimento foi repetido ao fim do 2º turno, permitindo uma visão abrangente da propaganda eleitoral ao longo da disputa.

Enchentes de Maio no HGPE

Os dados gerados no estudo dos 110 programas do HGPE e as análises estão apresentados a seguir, em ordem, 1º e 2º turnos e, depois, as inferências da análise consolidada.

Primeiro turno

O programa inicial do HGPE do 1º turno das eleições foi ao ar no dia 30 de agosto, ou seja, quatro meses após o início das chuvas de maio, quando Porto Alegre ainda convivia com evidentes marcas da destruição das enchentes, com casas, equipamentos públicos como escolas, vias públicas e de transporte férreo destruídas e entulho pelas ruas. O primeiro dado da observação diz respeito à presença do tema Enchentes nos programas de cada candidato: em 17 dos 28 de Rosário, 13 dos 28 de Brizola e em 12 dos 28 de Melo (Tabela 1).

Tabela 1

Candidaturas	Tempo HGPE				Programas HGPE		
	Diário	Total	Dedicado ao Tema	%	Total	Presença do tema	%
Juliana Brizola	00:02:03	00:57:24	00:13:24	23,3	28	13	46,4
Maria do Rosário	00:02:19	01:04:52	00:23:09	35,7	28	17	60,7
Sebastião Melo	00:05:36	02:36:48	00:20:43	13,2	28	12	42,9
Totais	00:09:58	04:39:04	00:57:16	20,5	84	42	50,0

Tempo e programas destinados ao tema enchentes no HGPE do 1º turno por candidato

Fonte: Elaboração das autoras

A apuração evidencia a estratégia de abordagem do tema mais importante na campanha de Rosário, dedicando 60,7% de seu tempo total de TV, enquanto Brizola destinou 46,4% e Melo 42,9% de seus tempos. Em sentido inverso, indica também a estratégia de contenção do tema adotada por Melo, que tinha o maior tempo de TV. Os achados são coerentes com as estratégias de marketing político: a desafiante Rosário pauta mais o tema que acredita poder desequilibrar o incumbente Melo, que, por sua vez, inclui o assunto sem grande destaque. Essa estratégia de Melo também evidencia tentativa de desvincular sua imagem de candidato da imagem de prefeito da tragédia, marcando certo distanciamento do momento de crise. Por sua vez, nos programas de Brizola, embora tenha sido abordado, o tema Enchentes não teve um papel dominante na apresentação de sua candidatura, ao menos no HGPE.

Os resultados de identificação do sujeito que fala sobre as enchentes indicam que os três candidatos assumiram essa posição mais do que outras possibilidades (vice-candidato, apresentador, narrador, populares, outros políticos, especialistas e outros). É o próprio candidato quem fala em 43,2% das ocorrências para Rosário, 36,7% para Melo e 35,5% para Brizola (Tabela 2). Portanto, ainda que Melo tenha pautado menos as enchentes em seus programas do 1º turno, a escolha estratégica da campanha foi que ele próprio falasse sobre o tema.

Tabela 2

QUEM FALA?						
Categoria / Candidato(a)	Juliana Brizola	%	Maria do Rosário	%	Sebastião Melo	%
Tema enchente abordado pelo(a) candidato(a)	11	35,5	16	43,2	11	36,7
Tema enchente abordado pelo(a) vice candidato(a)	0	-	4	10,8	0	-
Tema enchente abordado pelo(a) apresentador(a)	0	-	0	-	7	23,3
Tema enchente abordado pelo(a) narrador(a)	9	29,0	3	8,2	7	23,3
Tema enchente abordado por populares	6	19,3	9	24,3	3	10,0
Tema enchente abordado por políticos	0	-	5	13,5	0	-
Tema enchente abordado por especialistas	2	6,5	0	-	2	6,7
Tema enchente abordado por outros	3	9,7	0	-	0	-
Total de menções	31	100,0	37	100,0	30	100,0

Identificação do falante sobre o tema Enchente no HGPE do 1º turno por candidato

Fonte: Elaboração das autoras

Entre todos os candidatos, chamam atenção os baixos índices de inclusão da fala de especialistas (6,7% para Melo, 6,5% para Brizola e nenhuma menção para Rosário) sobre um tema complexo, que exige a abordagem técnica e científica de múltiplas áreas do conhecimento tanto para compreendê-lo quanto para considerar possibilidades de medidas de enfrentamento e prevenção. Nota-se, especialmente, a ausência de fala de especialistas nos programas da desafiante Rosário, que, nesta posição, poderia beneficiar-se do recurso para incluir no debate eleitoral o olhar crítico para possíveis pontos de falha da infraestrutura e da gestão da cidade. Nos programas de Rosário há maior inclusão de falas de populares (24,3%), o que significa a escolha por um apelo mais emocional, advindo dos testemunhos.

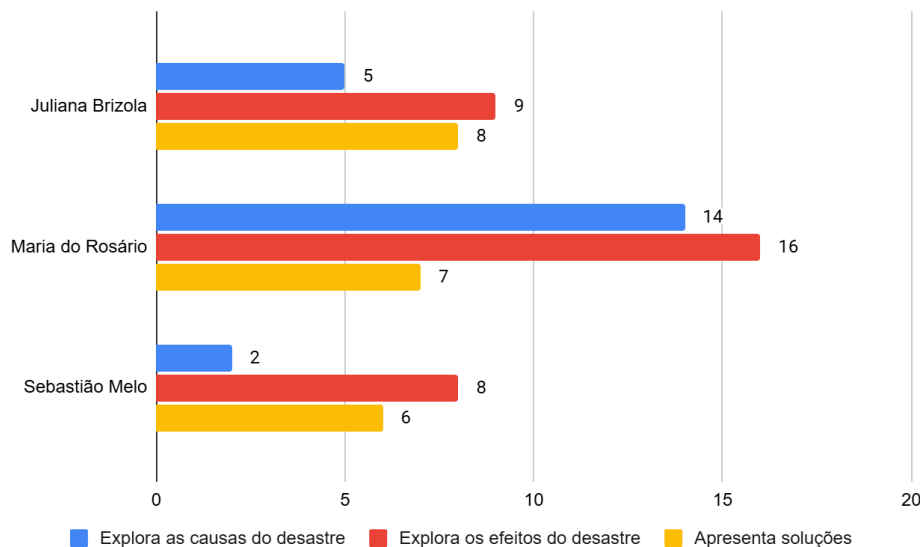
Em relação aos tipos de imagens veiculadas no tempo de abordagem do tema enchentes, a candidata Rosário fez maior uso de cenas pós-enchentes (23,4%) ou do período (23,4%). Brizola incluiu mais imagens externas em ambiente neutro (24,3%), embora também tenha selecionado imagens do período da enchente e após (18,9%, nos dois casos). Para as duas desafiantes, a escolha de cenas da enchente sinaliza forte apelo visual, considerando as características dramáticas e a profusão de registros do acontecimento – nesse sentido, seu uso não foi intenso. Nas escolhas imagéticas dos programas de Melo, destaca-se o uso de animações e grafismos (26,9%) que, na direção oposta, tiram a intensidade dramática das cenas de registro da enchente e de seus estragos.

A observação da postura considerou apenas os trechos em que o próprio candidato abordou as enchentes, sendo classificada como descritiva, agressiva e defensiva. Nos casos dos três candidatos a postura majoritária foi classificada como descritiva, quando houve registro e reconhecimento da ocorrência (72,2% para Brizola, 58,8% para Melo e 57,7% para Rosário). A postura agressiva foi mais performada por Rosário (42,3%), seguida por Brizola (27,8%), quando elas atacaram ou imputaram responsabilidades a outros. Melo assumiu postura agressiva em apenas uma ocorrência (5,9%) e defensiva em 35,3%. Os dados indicam que, embora Melo paute menos o tema, quando o faz, prioritariamente, assume postura de registro e reconhecimento das enchentes, evitando atacar ou indicar a responsabilidade para terceiros.

Ao longo do 1º turno foram contabilizadas dez diferentes formas de denominação do acontecimento público pelos três candidatos em seus HGPE: água(s), alagamento(s), catástrofe natural, cheia(s), chuva(s), desastre climático, enchente(s), inundação(ões), tragédia e tragédia climática. Elas foram referidas em 64 menções, sendo 36 feitas por Rosário, 17 por Brizola e 11 vezes por Melo, o que mostra a baixa repetição, considerando o total de 84 programas analisados no 1º turno. Brizola e Melo denominaram o evento majoritariamente como enchente (11 e 6 menções, respectivamente), enquanto Rosário o fez de forma mais dispersa com os termos tragédia (9 menções), águas (8) e enchente (8), sendo ela quem mais reforçou o caráter trágico do acontecimento. Observa-se que Rosário não fez nenhuma nomeação associada ao adjetivo climático, enquanto Melo usou os termos tragédia climática (2 menções) e desastre climático (1 menção), Brizola o termo tragédia climática (2 menções).

Por fim, a análise registrou a frequência com que cada candidatura abordou as causas, efeitos e soluções das Enchentes de Maio de 2024 (Gráfico 1). A ênfase mais recorrente no 1º turno foi aos efeitos do desastre, com 33 menções no total: Rosário (16), Brizola (8) e Melo (8). Essa maior frequência é coerente com a ocasião – as eleições foram realizadas cinco meses após o início das enchentes, o que também justifica uma abordagem mais descritiva ao registrar as consequências vividas do que explicativa ou propositiva. Brizola destacou majoritariamente as consequências econômicas (7 menções), enquanto Rosário e Melo deram mais ênfase às consequências sociais (16 menções e 6, respectivamente). Nenhum dos três candidatos explorou os efeitos ambientais do desastre, o que indica uma importante ausência na percepção do acontecimento público em relação a seu caráter ambiental.

Gráfico 1



Ênfase das menções sobre abordagem do tema enchentes no 1º turno do HGPE por candidatura
Fonte: Elaboração das autoras

Brizola e Melo evitaram explorar as causas do desastre, registrando em 5 e 2 menções, respectivamente. Já Rosário tratou desse aspecto em 14 ocasiões. Quando mencionaram causas, Brizola e Rosário associaram exclusivamente à má gestão, falta de manutenção e investimentos, sem explorar outras relações de causalidade. Esse resultado se alinha à postura agressiva que ambas assumem em relação ao tema. Melo, por sua vez, indicou causas em apenas 2 ocasiões, relacionando-as a má gestão, falta de manutenção de equipamentos públicos, causas naturais e crise climática. Embora a exploração de causas tenha surgido em 21 menções nos 84 programas, a mudança climática como fator de causalidade foi uma associação praticamente ausente no HGPE das três candidaturas durante o 1º turno (1 menção).

A apresentação de soluções para o desastre foi a abordagem presente em 21 menções ao total, distribuídas em 8 menções nos programas de Brizola, 7 de Rosário e 6 de Melo. As soluções foram classificadas como prevenção, resposta emergencial e reconstrução. Brizola e Rosário deram peso aos aspectos de prevenção (ambas em 7 menções), sugerindo que a tragédia poderia ter sido evitada. Adicionalmente, Brizola explorou mais aspectos de reconstrução (6 menções), enquanto Rosário aqueles relacionados às respostas à emergência (5 menções). Já Melo enfatizou a resposta emergencial (5 menções), destacando as ações de socorro realizadas durante a crise para reforçar sua atuação como prefeito, e também os aspectos de prevenção (4 menções).

Segundo turno

A exibição do HGPE no 2º turno das eleições iniciou no dia 11 de outubro, cinco dias após a votação do 1º turno, estendendo-se a 25 de outubro com programas com duração de 5 minutos para cada um dos concorrentes, Maria do Rosário e Sebastião Melo. Desse modo, 13 programas totalizaram um tempo de 65 minutos de HGPE analisados para cada candidatura. Nessa fase final da eleição, a disparidade de inclusão do tema cresceu entre os concorrentes: Rosário abordou o tema em 92,3% dos seus programas (subindo em relação aos 60,7% no 1º turno), enquanto Melo citou as enchentes em 15,4% dos programas (uma redução em relação aos 42,9% que registrou no 1º turno) (Tabela 3). O resultado evidencia a escolha da campanha de Rosário em incluir o tema em mais programas (em apenas 1 dos 13 programas não foi citado), mas quando analisamos o tempo dedicado ao tema o que se constata é uma redução de 35,7% no tempo total no 1º turno para 7% no 2º turno. Se no 1º turno Rosário dedicou 23 minutos e 9 segundos às enchentes, no 2º turno foram contabilizados 5 minutos e 14 segundos. Ou seja, os dados evidenciam a estratégia da campanha de Rosário no 2º turno para incluir menções distribuídas e curtas sobre as Enchentes de Maio (alta frequência e baixa duração).

Tabela 3

Tema Enchente / Candidaturas	Presença do Tema 1º Turno				Presença do Tema 2º Turno			
	Programas		Tempo		Programas		Tempo	
	Nº	%	Total	%	Nº	%	Total	%
Maria do Rosário	17	60,7	00:23:09	35,7	12	92,3	00:05:14	7,0
Sebastião Melo	12	42,9	00:20:43	13,2	2	15,4	00:02:02	2,7

Presença e tempo destinado ao tema enchentes no HGPE por Rosário e Melo no 1º e 2º turnos

Fonte: Elaboração das autoras

No caso de Melo, o percentual do tempo dedicado às enchentes também foi reduzido, passando a 2,7% no 2º turno diante de 13,2% do 1º turno. O tempo dedicado ao tema caiu de 20 minutos e 43 segundos no 1º turno para apenas 2 minutos e 2 segundos no 2º turno, somados nos 2 programas em que o desastre foi mencionado. Dessa forma, o levantamento indica que, embora Rosário tenha incluído o tema em mais

programas, o tempo dedicado foi sensivelmente reduzido no 2º turno. Para o programa de Sebastião Melo, essa diminuição foi ainda mais drástica, configurando um silenciamento quase total do desastre em seu HGPE.

No 2º turno, a observação de quem fala nos trechos do HGPE em que as enchentes são citadas mostrou que Rosário manteve a escolha de ser a principal falante do tema, ainda que em menor proporção – se no 1º turno foi ela a falar em 43,2% dos casos, no 2º turno esse índice foi de 36,8%. Já nos programas de Melo há importante alteração, e o candidato não fala em nenhum dos momentos em que as enchentes são abordadas em seus programas (no 1º turno falou em 36,7%). Nos programas de Melo do 2º turno, quem aborda o tema prioritariamente é o apresentador (40%) ou o narrador (40%), seguidos por populares (20%). A fala de especialistas foi inexistente no 2º turno para os dois candidatos, demarcando a exclusão de abordagens técnicas e científicas.

Na escolha de imagens sobre as enchentes, os programas de Rosário do 2º turno mantiveram cenas do período e pós-enchente como as mais frequentes. No caso de Melo, que no 2º turno abordou as enchentes em apenas duas ocasiões, houve escolha de cenas do período, do pós e grafismos.

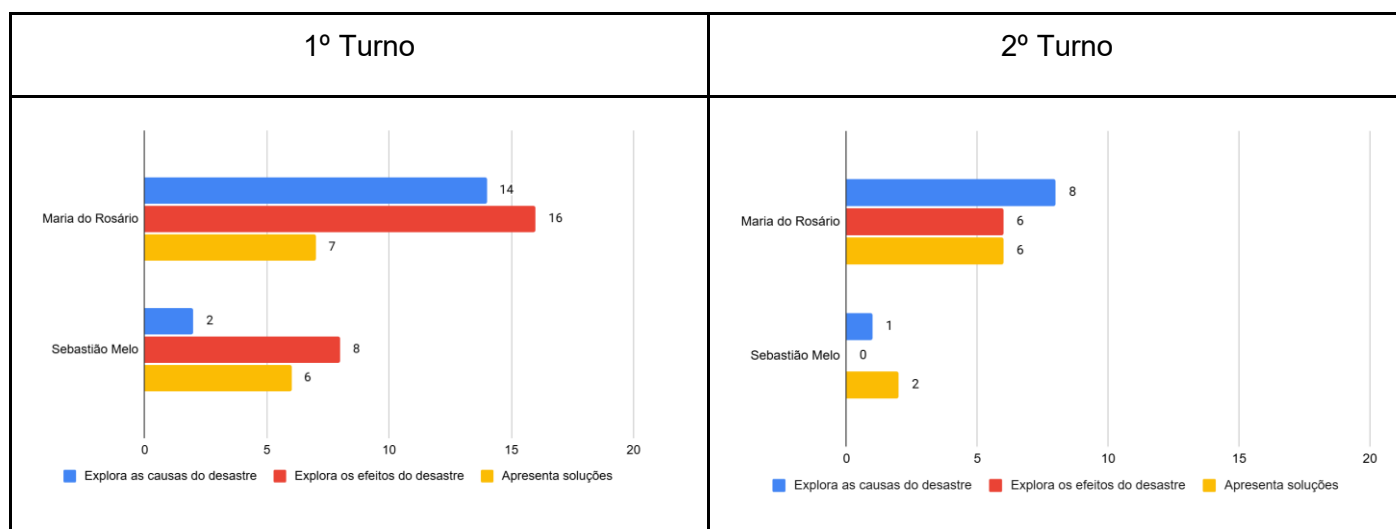
Em relação à avaliação da postura dos candidatos nos trechos em que cada um falou sobre as Enchentes de Maio, no 2º turno houve registros apenas para Rosário, já que nos programas de Melo o candidato não foi o falante do tema em nenhum dos seus programas. No 2º turno, Rosário assume menos a postura descritiva (57,7% no 1º turno, em 15 cenas e 21,4% no 2º, em 3 cenas) e mostra-se mais com postura agressiva (de 42,3% no 1º turno, em 11 cenas; para 64,3% no 2º turno, em 9 cenas), intensificando sua estratégia de ataques a outros, em especial, a seu oponente.

A nomeação do ocorrido no 2º turno manteve-se com as mesmas expressões do 1º turno, registrando-se que na etapa final o tema foi citado em apenas dois programas de Melo. Dessa forma, foi nomeado no HGPE principalmente pelos programas de Rosário que, no 2º turno, reduziram a incidência da nomeação tragédia de 25% para 8,3% (9 e 1 menção), passando a nomear prioritariamente como enchente em 58,3% dos casos (7 menções), seguida por alagamento (25%; 3 menções). Tal qual no 1º turno, não houve associação de denominações com o adjetivo climático.

No 2º turno do HGPE, as ênfases das abordagens sobre as enchentes foram definidas, principalmente, pelas escolhas da campanha de Rosário, já que para Melo foram registradas duas menções ao tema em todos os seus programas. Considerando as duas candidaturas, houve 9 ocorrências para causas, 8 para soluções e 6 para efeitos (Figura 1). A análise comparativa das ênfases de abordagem que cada

candidato deu ao tema nos dois turnos mostra que, quando as enchentes foram tratadas, proporcionalmente, as causas foram menos referidas: 66,7% dos casos de Rosário (82,4% no 1º turno) e 50% no caso de Melo (16,7% no 1º turno). Rosário explorou causas (8 menções) relacionadas sempre à má gestão, falta de manutenção e investimentos, indicando falhas, principalmente, da gestão do prefeito Melo e, assim, mantendo o mesmo padrão do 1º turno (14 menções). O programa de Melo, no 2º turno, fez referência apenas a causas naturais não controláveis (1 menção). No 2º turno, nenhum dos dois candidatos referiu-se a causas climáticas ou ambientais, aprofundando a ausência do 1º turno, quando apenas Melo fez uma única referência. Ou seja, nos 110 programas do HGPE das eleições 2024 de Porto Alegre analisados as causas de tipo ambiental ou climática foram praticamente excluídas do debate eleitoral.

Figura 1



Comparação das menções das ênfases na abordagem do tema enchentes no 1º e no 2º turno do HGPE para Maria do Rosário e Sebastião Melo

Fonte: Elaboração das autoras

A apresentação de soluções para os problemas relacionados às enchentes se manteve numericamente nos programas de Rosário, de 7 menções no 1º turno para 6 menções no 2º turno. Mas, quando analisamos o tempo total disponível para a candidata no 2º turno, também reconhecemos que essa não foi uma abordagem privilegiada. Constata-se que, diante das enchentes, a candidata desafiante não deu destaque à oferta de soluções alternativas ao que foi implementado pelo então prefeito. Em Melo houve uma redução de 6 para 2 menções a soluções.

Em relação aos efeitos, verificaram-se 6 menções com essa ênfase nos programas do 2º turno e apenas naqueles da candidata Rosário. O valor é bastante inferior que as menções feitas no 1º turno, quando

ela teve um tempo total de HGPE menor que no 2º turno e, mesmo assim, mencionou 16 vezes os efeitos. No 2º turno, Rosário abordou os efeitos sob perspectivas mais diversas, sendo 6 menções para as consequências sociais, 1 menção para consequências econômicas e, como novidade, ainda que discreta, 1 menção para consequências ambientais. Melo não fez nenhuma menção aos efeitos das enchentes no 2º turno. Portanto, em todo o período de propaganda eleitoral, também do ponto de vista das consequências, as enchentes não foram significativamente abordadas como questão ambiental.

Entre a visibilidade e o silenciamento climático no HGPE

O conjunto de dados gerados nas análises de 110 programas veiculados na campanha eleitoral de 2024 em Porto Alegre permite identificar as abordagens sobre as enchentes adotadas por cada candidato. Juliana Brizola deu visibilidade ao tema em seus programas do 1º turno, dedicando 23,3% do tempo à questão. Sua postura foi majoritariamente descritiva (72,2% das menções), o que limitou o espaço para a análise de causas e proposição de soluções. Ainda que tenha liderado a apresentação de soluções no período (com 8 menções de um total de 21 entre os candidatos), esse volume é modesto se observarmos que a tematização das enchentes no HGPE da candidata teve caráter predominantemente descritivo.

Nos programas de Maria do Rosário o tema enchentes teve a maior presença no comparativo dos concorrentes, nos dois turnos. No entanto, nota-se a mudança da campanha que reduziu sensivelmente a fatia do tempo dedicado à visibilidade do tema do 1º (35,7% do tempo total) para o 2º turno (7% do tempo total). No 2º turno, com tempo total de quase 1 hora e 5 minutos, os programas de Rosário dedicaram 23 minutos ao tema enchentes e no 2º turno o tempo dedicado caiu para 5 minutos apesar do tempo total dos seus programas ter aumentado para 1 hora e 15 minutos. Há também mudança na postura da candidata que passa de predominantemente descritiva para agressiva. Ou seja, Rosário passou a falar menos do tema e com mais ataques ao adversário.

Por sua vez, foi na campanha vencedora de Sebastião Melo que a tematização das enchentes foi a menor no comparativo, tanto no 1º como no 2º turno. Nos 13 programas da etapa final das eleições, o prefeito reeleito abordou as enchentes em apenas 2 programas, dedicando 2 minutos e 2 segundos (2,7% do seu tempo total de 1 hora e 15 minutos), enquanto no 1º turno foram contabilizados 20 minutos e 43 segundos (13,2% do seu tempo total de 2 horas e 36 minutos). Os dados indicam o movimento estratégico da campanha de Melo para a marginalização do tema enchentes em seus programas.

A análise do HGPE para os três candidatos demonstrou que a abordagem eleitoral do acontecimento público foi estrategicamente direcionada para sua neutralização e naturalização. Houve movimentos de neutralização do acontecimento público como questão eleitoral, já que o tema perde presença ao longo da campanha no número de programas em que é citado e também no tempo proporcionalmente dedicado à sua abordagem pelos diferentes candidatos. O direcionamento à naturalização do acontecimento ocorreu já que, quando abordadas, suas causas foram pouco exploradas, especialmente aquelas relacionadas à crise climática ou ambiental. Notou-se também, que, no 2º turno, o candidato Melo, eleito, se esquivou do tema, ao escolher não ser a voz que enunciou as enchentes em seus programas, nem mesmo em termos das possíveis soluções para o problema. As escolhas das campanhas de Melo e Rosário sobre quem falou sobre o desastre nos programas significou ainda a exclusão do discurso técnico científico, já que as vozes de especialistas não foram incluídas.

Argumentamos que a queda da presença do tema enchentes no HGPE revela uma escolha estratégica deliberada das agendas de campanha, pois o desastre climático e seus desdobramentos permaneciam como acontecimento público e como problema de governo durante todo o período eleitoral. Entre agosto e outubro de 2024, havia evidências institucionais de continuidade da situação de excepcionalidade e de seus impactos na cidade. Como exemplo citamos a prorrogação do estado de calamidade pública em Porto Alegre, através do Decreto Municipal nº 22.968, de 29 de outubro de 2024, que estendeu a vigência do estado de calamidade no município até 30 de junho de 2025 e medidas análogas no âmbito estadual, que mantiveram o reconhecimento oficial da crise para além do calendário eleitoral. Nesse cenário, em que a emergência seguia produzindo efeitos sobre a população, os serviços e a agenda pública, a retração da tematização das enchentes no HGPE indica um silenciamento relativo do tema - entendido aqui como despriorização estratégica e redução de visibilidade discursiva de um problema ainda atual -, e não simplesmente a diluição proporcional decorrente de uma possível fragmentação dos assuntos de campanha.

Ao minimizar o espaço para a discussão de causas estruturais e soluções concretas, as campanhas reforçaram uma estratégia de diluição do tema como problema público e questão de interesse eleitoral, demonstrando a estratégia de silenciamento climático nas eleições de Porto Alegre que sucederam a maior tragédia climática da cidade e do Rio Grande do Sul. Esse movimento favoreceu, sobretudo, a candidatura do prefeito reeleito Sebastião Melo, que, ao reduzir drasticamente a abordagem do tema no 2º turno, evitou associações diretas entre sua imagem pública e as possíveis falhas de prevenção e de resposta ao desastre.

Considerações finais

Neste estudo, nos dedicamos a verificar, especificamente, a tematização das Enchentes de Maio de 2024 nos programas televisivos das campanhas dos candidatos à Prefeitura de Porto Alegre naquele mesmo ano, visando à projeção de imagem pública. Gomes ressalta que a construção da imagem requer “uma análise cuidadosa dos problemas sociais que o público considera prementes, diante dos quais o candidato, destacando-se frente aos seus concorrentes, evidencia possuir atributos essenciais para os resolver” (Gomes, 2025, p. 23). Portanto, a pesquisa está limitada por esse escopo, não tendo dedicado-se ao mapeamento da totalidade dos temas abordados nas campanhas. Essa especificidade se justifica pela escolha da observação do acontecimento público como oportuna para revelar as tensões entre as ações estratégicas e as expectativas éticas vinculadas à ação pública, ainda mais acirradas em um pleito eleitoral que, por definição, se desenrola como disputa por imagem pública (Weber, 2025; Gomes, 2025).

Gomes afirma que trabalhar a imagem em uma campanha implica construir “um personagem inscrito em uma trama que enuncia certas ideias, realiza ações específicas, enfrenta desafios particulares e encaminha-se para um desfecho bem-sucedido, conforme um roteiro coeso e plausível” (Gomes, 2025, p. 23). Este estudo evidencia que a abordagem das Enchentes de Maio foi paulatinamente reduzida como um desafio particularmente importante nas campanhas de Melo e Rosário, que avançaram ao 2º turno. No momento decisivo da escolha do futuro prefeito, os dois candidatos diminuíram os tempos destinados às enchentes que a identificavam como um problema público premente a ser resolvido. Suas campanhas enunciaram cada vez menos suas ideias, ações ou desafios relacionados ao acontecimento público que ainda impunha efeitos sobre a cidade. Particularmente em relação à campanha vitoriosa, constatamos que a construção da imagem pública de Melo foi estrategicamente posicionada à margem dessa trama. Houve o silenciamento das Enchentes de Maio na campanha de Melo, tratada em seus programas como situação já resolvida, uma vez que foi ele o prefeito a enfrentar a crise.

Diante do maior desastre ambiental da história recente de Porto Alegre, as diferentes campanhas eleitorais à Prefeitura da cidade, em maior ou menor grau, promoveram a marginalização do acontecimento público Enchentes de Maio como questão eleitoral, operando, por consequência, o silenciamento climático. O que denominamos de silenciamento climático não deve ser interpretado como uma mera omissão, mas sim como uma tática ativa de disputa sobre o enredo eventual da campanha. Ao reduzir drasticamente o tempo dedicado ao tema das enchentes do 1º para o 2º turno – e, no caso do candidato vitorioso, quase o eliminando –, as candidaturas buscaram controlar as ofertas de sentido para a construção da imagem

pública, distanciando-se da crise das enchentes e evitando a vinculação com as mudanças climáticas. Esse posicionamento estratégico contribui para a formação de uma opinião pública que atribui pouca relevância à administração municipal nas responsabilidades sobre aquele acontecimento público. Longe de ser um tema estruturante do debate político eleitoral, as Enchentes de Maio foram tratadas como um elemento contingente e marginalizado dentro das dinâmicas estratégicas do HGPE, sem a vinculação a questões mais amplas, como mudanças climáticas e planejamento urbano. Portanto, restou caracterizado o movimento estratégico das campanhas para (des)tramar as eleições das enchentes e, dessa forma, buscar benefícios para a imagem pública de seus candidatos.

Em relação à trama acontecimental (Carnielli, 2021) das Enchentes de Maio de 2024 que se sobrepôs temporalmente às eleições municipais daquele ano em Porto Alegre, esta pesquisa demonstrou que a atuação das campanhas no HGPE foi direcionada à contenção do tema, com especial resultado no silenciamento climático. Do ponto de vista do processo de problematização do acontecimento público, a ação estratégica das campanhas colabora para fazer deste um problema fraco (Queré, 2011), pois não se reconhecem nelas e em seus candidatos fortes incentivos aos processos comunicacionais que sustentam a cidadania para explorar possíveis causas, reconhecer a complexidade e as responsabilidades sobre a situação enfrentada e, potencialmente, conformar o aprendizado dos públicos e da ação pública do Estado no sentido de adotar medidas capazes de minimizar a reincidência do problema. Assim sendo, no que se refere à trama acontecimental das Enchentes de Maio, as campanhas veiculadas no HGPE contribuíram para a desqualificação dos processos de comunicação pública relacionados à individualização e problematização dessa questão pública, particularmente no que se refere aos aspectos climáticos, que não tiveram espaço de abordagem pelos três candidatos envolvidos.

Fiorenza Zandonade Carnielli

Professora do Departamento de Comunicação da UFRGS. Doutora e mestra em Comunicação e Informação.

Pesquisadora do NUCOP UFRGS e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT DD). Coordenadora executiva do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP).

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-7988-7828>

E-mail: fiorenzazc@gmail.com

Sara Alves Feitosa

Professora nos cursos de Jornalismo e Publicidade da Unipampa. Doutora em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS). Pesquisadora do NUCOP UFRGS e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT DD).

São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-3689-8337>

E-mail: sarafeitosa@unipampa.edu.br

Janaína Gomes

Professora do Departamento de Comunicação da UFSM. Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Pesquisadora do NUCOP UFRGS e do Instituto Nacional de Ciência e

Tecnologia em Democracia Digital (INCT DD).

Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9477-7261>

E-mail: jgomes@ufsm.br

Referências

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BORBA, F.; CERVI, E. U. Relação entre propaganda, dinheiro e avaliação de governo no desempenho de candidatos em eleições majoritárias no Brasil. **Opinião Pública**, v. 23, p. 754-785, 2017.

CARNIELLI, F. Z. **Comunicação pública e comunicação cínica na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). UFRGS, FABICO. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre, 2021.

COBRADE. **Classificação e Codificação Brasileira de Desastres**. Disponível em www.defesacivil.rs.gov.br/upload/arquivos/202105/04095316-cobra-de-classificacao-e-codificacao-brasileira-de-desastres.pdf. Acesso: 7 maio 2026.

DEFESA CIVIL do RS. Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS. **Defesa Civil**, 10 jun. 2024. Disponível em <https://estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-10-6-9h>. Acesso em: 7 maio 2026.

DEWEY, J. **La opinión pública y sus problemas**. Madrid: Ediciones Morata, 2004.

ESTEVEZ, J. P. **Comunicação, política e democracia**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

FRANÇA, V. V. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**, n. 10, set. 2013.

G1RS. Quaest: enchentes e alagamento são os problemas mais graves de Porto Alegre, dizem eleitores. **G1**, 29 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2024/noticia/2024/08/29/quaest-enchentes-e-alagamentos-sao-os-problemas-mais-graves-de-porto-alegre-dizem-eleitores.ghtml>. Acesso em 3 jan. 2026.

GOMES, W. **A imagem política na esfera pública**. São Paulo: Ideias e Letras, 2025.

MASSUCHIN, M.; CAVASSANA, F. A construção da propaganda eleitoral: a estrutura do HGPE no Brasil a partir de uma perspectiva longitudinal. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 29, n. 1, 2020.

LOMBARD, M.; SNYDER-DUCH, J.; BRACKEN, C. C. Content Analysis in Mass Communication: Assessment and Reporting of Intercoder Reliability, **Human Communication Research**, V. 28, Issue 4, Oct. 2002, p. 587-604. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2958.2002.tb00826.x>.

MENDONÇA, R. F. Pode a deliberação ajudar a democracia quando a própria democracia está em crise? *In*: MENDONÇA, R. F.; SARMENTO, R. **Crises da democracia e esfera pública: debates contemporâneos**. Belo Horizonte: Incipit, 2023.

PEREIRA, R. H. M. et al. **Uma estimativa da população atingida pelas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024**. Rio de Janeiro: Ipea, set. 2024. (CGDTI: Nota Técnica, 02). <http://dx.doi.org/10.38116/ntcgdti02-port>.

PORTO ALEGRE. Decreto Nº 22.968, de 29 de outubro de 2024. Estado de calamidade pública no município de Porto Alegre pelo evento adverso chuvas intensas. **Diário Oficial de Porto Alegre**, 29 de outubro de 2024, disponível em <https://dopa.portoalegre.rs.gov.br/detalhes-diario/507519>. Acesso em: 23 fev. 2026.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Impactos das cheias de maio de 2024 em Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus), 2024. Disponível em <https://prefeitura.poa.br/inundacoes>. Acesso em: 23 fev. 2026.

QUÉRÉ, Louis. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**, n. 10, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, p. 13-37, 2011.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajetos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6, p. 59-76, 2005.

SIGNATES, L.; MORAES, A. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. *In*: SIGNATES, L.; MORAES, A. (Org.). **Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa**. Goiânia: Gráfica UFG, 2019. P. 14-33

Weber, M. H. **A imagem pública tecida entre política, mídias e afetos**. Porto Alegre: Zouk, 2025.

WEBER, M. H. Do acontecimento público ao espetáculo político-mediático. **Caleidoscópio**, v. 10, p. 189-204, Lisboa, 2011.

WEBER, M. H. Na Comunicação Pública, a captura do voto. **LOGOS 27: Mídia e Democracia**. Rio de Janeiro: ano 14, p. 21-42, 2º semestre de 2007.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. **Comunicação pública e política: pesquisa e prática**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23-56.

WEBER, M. H.; LOCATELLI, C. A Comunicação Pública e a qualidade da democracia. In: MENDONÇA, R. F.; SARMENTO, R. (orgs.). **Crises da democracia e esfera pública: debates contemporâneos**. Belo Horizonte: Incipit, 2023. p. 211-233.

ZUFFO, A. C.; POLETO, C.; TURATTI, L.; JACOMAZZI, M. A.; ALMEIDA SILVA, M. C. DE. **Nota Técnica Prof Água UFRGS**. Porto Alegre: IPH/UFRGS, 2024. Disponível em www.confea.org.br/midias/uploads-imce/Nota-Tecnica-ProfAgua-UFRGS-1.pdf. Acesso em: 7 maio 2026.

Recebido em: 12 de janeiro de 2026.

Aprovado em: 19 de fevereiro de 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.